

ETNOCONHECIMENTO E A AGROECOLOGIA: CULTIVO DA MANDIOCA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MATUPIRI – BARREIRINHA, AM

Maria Amélia dos Santos Castro¹, Denis da Silva Pereira² e
Antonia Erica Costa de Sousa³

RESUMO

Este artigo propõe-se desenvolver uma descrição sobre os processos sociais no campo produtivo da cultura da mandioca, possibilitando a identificação e a demonstração das práticas da agricultura familiar, focalizado no etnoconhecimento do cultivo e beneficiamento da mandioca, compreendendo de que forma dentre as inúmeras atividades agrícolas e extrativista desenvolvidas pelos quilombolas do Rio Andirá, o cultivo e a produção de produtos derivados da mandioca constitui-se como atividade central destas comunidades. É importante salientar que, este estudo considerou a trajetória e o profundo conhecimento tradicional da pesquisadora em temas faunísticos, florísticos, em solos e em produção agrícola, sua condição de discente do curso de Agroecologia e líder da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha – FOQMB, neste sentido, este exercício possui como pressuposto a noção de *reflexividade reflexa* proposta por Bourdieu, considerando que se trata de uma estudo constituído pela própria trajetória de Maria Amélia, como expressão da dialogia entre conhecimento tradicional e a ciência agroecológica. Portanto, este trabalho teve como transfundo a realização de uma etnografia sobre a cultura da mandioca, revelou-se como uma teorização encarnada na trajetória de uma liderança quilombola que ousou construir outro olhar sobre seu próprio cosmo. O presente estudo foi realizado no município de Barreirinha-AM.

Palavras-chave: Etnoconhecimento; Comunidade Quilombola; Cultivo da Mandioca.

¹ Graduanda em Tecnologia em Agroecologia no Instituto Federal do Amazonas Campus Manaus Zona Leste. E-mail: dossantoscstromariaamelia@gmail.com

² Doutor em Antropologia Social (UFAM). Professor EBTT – IFAM/Campus Manaus Zona Leste. E-mail: denis.pereira@ifam.edu.br

³ Mestra em Educação Agrícola (UFRRJ). Professora Substituta EBTT – IFAM/Campus Eirunepé. E-mail: erica.sousa@ifam.edu.br

ETHNOKNOWLEDGE AND AGROECOLOGY: CASSAVA CULTIVATION IN THE QUILOMBOLA MATUPIRI COMMUNITY – BARREIRINHA, AM

ABSTRACT

This article proposes to develop a description of the social processes in the productive field of cassava cultivation, enabling the identification and demonstration of family farming practices, focused on the ethno-knowledge of the cultivation and processing of cassava, understanding how among the countless activities agricultural and extractive developed by the quilombolas of the Andirá River, the cultivation and production of products derived from cassava is a central activity of these communities. It is important to highlight that this study considered the trajectory and deep traditional knowledge of the researcher in faunal and floristic themes, soils and agricultural production, her condition as a student on the Agroecology course and leader of the Federation of Quilombola Organizations of the Municipality of Barreirinha – FOQMB, in this sense, this exercise has as its presupposition the notion of reflexivity proposed by Bourdieu, considering that it is a study constituted by Maria Amélia's own trajectory, as an expression of the dialogue between traditional knowledge and agroecological science. Therefore, this work had as its background the carrying out of an ethnography on cassava culture, it revealed itself as a theorization embodied in the trajectory of a quilombola leader who dared to build another look at his own cosmos. The present study was carried out in the municipality of Barreirinha-AM.

Keywords: Ethnoknowledge; Quilombola Community; Cassava Cultivation.

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi realizado no município de Barreirinha, localizado à margem direita do Paraná do Ramos – braço do rio Amazonas – e do lado oposto, o rio Andirá. De acordo com estudos Realizados por Ranciaro (2016), vivem vinte e três comunidades rurais às margens do rio Andirá, destas, cinco são quilombolas: Ituquara, Boa Fé, São Pedro e Trindade e pelo quilombo alvo desta pesquisa Santa Tereza do Matupiri.

Este artigo tem como base um projeto de Pesquisa de Iniciação Científica que teve como objeto a agricultura familiar em contexto social quilombola, com foco na etnografia dos processos sociais de cultivo, beneficiamento e comercialização da mandioca. Todavia, durante o desenvolvimento do trabalho de campo, percebemos a necessidade de um recorte mais profundo, seguindo o ensinamento de Weber ao afirmar que a realidade é infinita e que o desafio da ciência é delimitá-la, construindo assim um objeto específico e distinto, atribuindo-lhe significado e, consequentemente, sentido lógico (WEBER, 2003).

Neste sentido, ao considerarmos que, dentre as inúmeras atividades agrícolas e extrativista desenvolvidas pelos quilombolas do Rio Andirá, o cultivo e a produção de produtos derivados da mandioca constitui-se como atividade central destas comunidades, definiu-se convergir ao estudo desta prática econômica entre famílias quilombolas do Matupiri. O profundo conhecimento tradicional da pesquisadora em temas faunísticos, florísticos, em solos e em produção agrícola, sua condição de discente do curso de Agroecologia e líder da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha - FOQMB Maria Amélia dos Santos Castro, possibilitou relativizarmos a centralidade inicial do estudo de TPI, visto que o Território Quilombola possui diversas variações de solos agricultáveis e

centrou-se no principal ativo econômico e cultural das comunidades quilombolas: a mandioca. Neste sentido, o trabalho elegeu a categoria etnoconhecimento da mandioca como objeto central deste estudo, posto numa perspectiva de dialogia com a “academia”. Sim, a pesquisa precisou caminhar rumo a uma estabilidade epistêmica, até que mais um movimento da consciência se fez.

Em grande medida, pode-se afirmar que o exercício da ciência superou os ditames do Positivismo e das metodologias tributárias desta escola filosófica, forjadoras da noção de neutralidade e até mesmo uma transcendentalidade do sujeito cognoscente plenamente convencido de que o empírico lhe garante certezas. O constante diálogo entre pesquisadora e orientadores culminou numa “eureca” arquimediana, tomada aqui como processo, como movimento da consciência. Tal processo constituiu-se do reconhecimento da noção proposta por Bourdieu em sua obra *Miséria do Mundo* (2014) sobre a *reflexividade reflexa*, onde o mesmo postula que o processo de construção do objeto de pesquisa é a pesquisa em si, e mais: *que todo ponto é visto de um ponto*.

A constatação de que a coordenadora da pesquisa é discente finalista do curso de Agroecologia, curso que possui como um de seus fundamentos a dialogia e reconhecimento dos saberes e práticas de povos e comunidades tradicionais, na busca de uma ciência que construa conhecimentos pautados nos princípios da sustentabilidade, nos compeliu a colocar este estudo em local de potente interconexão entre o etnoconhecimento e a ciência que marca o campo agroecológico, corporificado em Maria Amélia, mulher, quilombola, de 62 anos de idade, estudante de nível superior tecnólogo em Agroecologia. Estas convergências deram a este estudo outro patamar, que considerou de forma proeminente a história e a identidade da pesquisadora, que fez deste exercício intitulado: *História de vida, Etnoconhecimento e a*

Agroecologia: Interfaces e dialogia de saberes no cultivo da mandioca na comunidade Quilombola Santa Tereza do Maputiri – Barreirinha AM, ser também um esboço de autoanálise⁴ desta liderança.

A proposta justificou-se por considerarmos a relevância do direcionamento dos estudos científicos para contextos que historicamente estiveram excluídos do mundo acadêmico, precisamente por sua constituição hegemonicamente etnocêntrica. A ciência positiva, colonizadora e de voz única, impôs sérios limites ao conhecimento e relegou povos e conhecimentos tradicionais a subalternidade. Desta maneira a lógica do capital teve como preocupação a produção de uma ciência e tecnologia que favorecesse o acúmulo e a dominação eurocêntrica de corpos e mentes. Neste sentido, a pesquisa possibilitou a identificação e a demonstração das práticas da agricultura familiar, focalizado no etnoconhecimento do cultivo e beneficiamento da mandioca realizada na maneira tradicional pelos quilombolas da comunidade Santa Tereza do Matupiri em dialogia com os fundamentos da agroecologia por meio do processo de aprendizado da pesquisadora enquanto estudante do 6º período do referido curso.

1– NOVAS ETNIAS: O PROCESSO DE RECONHECIMENTO QUILOMBOLA NO AMAZONAS

Segundo o Professor Alfredo Wagner, o fazer antropologia no Brasil trouxe à tona, nas últimas décadas, o debate sobre as “novas etnias”, que na Amazônia tem na emergência da luta das identidades quilombolas um campo central na a política de reconhecimento. No Amazonas pulularam com vigor teórico e organizacional movimentos quilombolas. Na cidade de

⁴ Referência ao livro de Bourdieu Esboço de Autoanálise (2005).

Manaus temos o Quilombo Urbano de São Bendito, Praça 14; e em Novo Airão – Quilombo do Tambor no Parque Nacional do Jaú; em Itacoatiara, Quilombo de Sagrado Coração de Jesus do Largo de Serpa e as cinco comunidades quilombolas do município de Barreirinha, no Rio Andirá. O processo de afirmação identitária e organizacional dos quilombolas é um revés a senso comum que inviabilizou a presença da escravização negra na Amazônia.

Ao discutir a presença da escravidão na Amazônia, é comum encontrar estranhamento devido à crença arraigada de que sua influência econômica nos séculos XVII e XVIII foi insignificante em comparação com o trabalho indígena predominante. No entanto, conforme aponta Sampaio (2009, p. 4), é somente na segunda metade do século XVIII, com a chegada dos carregamentos da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), que essa percepção começa a mudar no Maranhão e no Pará.

Usualmente, o tema da escravidão na Amazônia provoca estranhamento porque já se tornou corriqueiro afirmar que sua presença foi pouco significativa na economia regional dos séculos XVII e XVIII, devido à prevalência do trabalho indígena. Apenas na segunda metade do século XVIII, com a chegada dos carregamentos da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), é que esse quadro começa a mudar no Maranhão e no Pará (SAMPAIO, 2009, p. 4).

A invisibilidade da presença negra na Amazônia é um tema complexo e multifacetado, que envolve aspectos históricos, sociais, culturais e políticos. A Amazônia é uma região muito diversa e rica em culturas e povos, com uma história marcada pela colonização europeia, a escravidão e a exploração de recursos naturais. Historicamente, a presença negra na Amazônia remonta aos tempos da escravidão, quando muitos africanos

foram trazidos à força para trabalhar nas lavouras e nas minas da região. No entanto, essa presença foi pouco documentada e valorizada pela história oficial, que tendeu a enfatizar a colonização portuguesa e a cultura europeia como principais fatores de formação da sociedade amazônica.

Segundo Ranciaro (2016) a constituição da identidade quilombola no Rio Andirá, baseia-se na memória coletiva, transfigurada em luta pelo direito ao território conforme o mito de origem representado pelo ex – escravo Benedito Rodrigues da Costa.

Sobre o ex-escravo, através das atas da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQMB, fundada em 2009, bem como das narrativas orais dos agentes sociais foi possível identificar registros que sugerem se tratar do primeiro quilombola que, fins do século XIX e início do século XX, aportou em locais do rio Andirá. Não obstante, os fatos indicam que a comunidade de Santa Tereza do Matupiri foi fundada posteriormente à chegada de Benedito ao lago do Matupiri (RANCIARO, 2016, p.38).

Assim, em 2009, a fundação da FOQMB, configura-se como a superação da autodefinição anterior de comunidade ribeirinha, passando a definição de remanescente de quilombo. Além da Federação, estas comunidades possuem outras representações como o Representante Distrital, indicado pela gestão municipal; Representação da Comunidade Eclesial de Base – CEBs e ainda pelas Associações de cada comunidade

Inequivocamente, o grande desafio desses Quilombos encontra-se presença e ação de grandes proprietários do agronegócio, que tem empreendido profundo e danoso processo de exploração dos recursos naturais e, neste sentido, a luta pelo território, a atuação do Projeto Nova Cartografia Social em 2013 na construção coletiva dos mapas do território

(2013) e atual inserção da Agroecologia nestas comunidades (2022) tem o papel de contraposição ao avanço deste face do capitalismo irracionalizado.

O território é um elemento fundamental na identidade e na luta dos quilombolas do Amazonas. Muitas dessas comunidades ainda enfrentam problemas relacionados à demarcação e titulação de suas terras. Verifica-se nesta propedêutica que a luta pela terra e os direitos territoriais configura-se como elemento fundamental para estas comunidades que possuem sua condição de existência em pleno conflitos com os interesses do capital. Sousa, (2021, p.25) aponta que:

Dessa forma, se faz importante destacar os instrumentos jurídicos disponíveis para proteger os direitos territoriais e identitários dos povos indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais, que são eles: a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (2004), a Convenção sobre Diversidade Biológica (1992), a Convenção sobre a Cultura Diversidade (2007), Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), Artigos 215 e 216 da Constituição Federal, Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Nesse contexto, as legislações têm sido importante instrumento de luta dos grupos étnicos quilombolas do Amazonas. Entre elas, destacam-se a Constituição Federal de 1988, que reconhece e garante a propriedade das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos; o Decreto 4.887/2003, que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos; e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece normas para consulta prévia e consentimento livre, e proteção dos indígenas e tribais em relação às decisões que podem afetar seus direitos.

O Decreto 4.887/2003, garante a titulação definitiva de terras como algo inalienável, imprescritível, impenhorável do território que vai sendo coletivamente conquistado pelo movimento representativo dos quilombos do Andirá. Isto se verifica a partir dos relatos que expressam os objetivos do movimento verificados, seja pelas narrativas orais ou através de suas pautas de reivindicação (RANCIARO, 2016, p.78).

O Decreto 4.887/2003 é um instrumento jurídico que estabelece os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, garantindo-lhes o direito ao território que historicamente ocupam.

A emergência dos quilombolas no Rio Andirá representa a luta pela garantia da cultura, dos saberes - etnoconhecimento, dos vínculos comunitários, aqui considerados sob a ótica de Gusfield (1975, p.XVI). Para este autor, deve-se levar em consideração o conceito de comunidade, interpretada no seu aspecto relacional que aponta para a qualidade ou o carácter das relações sociais. Jamais identificá-la como mera localização e voltar-se para as formas em que os membros do grupo estabelecem relações de cooperação e conflito: a existência ou ausência de vínculos de semelhança e simpatia, que une ou diferencia uma coletividade de pessoas. Por ser dinâmica, viva e pulsante a comunidade é “marcada por características peculiares e/ou conflituosas de alguns relacionamentos humanos e por isso mesmo não deve ser concebida como grupo limitado e definido” (GUSFIELD, 1975, p. XVI, apud RANCIARO, 2016 p. 43.).

Os quilombos do Amazonas são comunidades marcada pelo conflito, sendo o territorial o mais importante e desafiante, onde as legislações tornam-se instrumento de luta destes grupos étnicos. A superação desses conflitos requer a adoção de políticas públicas mais efetivas que garantam o

reconhecimento e a titulação das terras quilombolas, bem como o respeito aos direitos e à autonomia dessas comunidades.

1.2 – Da trajetória de uma liderança quilombola à organização da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha

Esta sessão o trabalho será escrito em primeira pessoa, para garantir a visibilidade e o vigor e o protagonismo da pesquisadora e da proposta que se circunscreve em expressar a interface e a dialogia entre o etnoconhecimento e a Agroecologia por meio do trabalho de campo realizado e, fundamentalmente, por meio da experiência da discente e pesquisadora deste projeto.

Desse modo, no livro *Trilhas Percorridas Por uma Militante Quilombola: Vida, Lutas e Resistência: Maria Amélia dos Santos Castro*, eu faço a narração de um pouco da minha trajetória da seguinte forma:

Sou Maria Amélia dos Santos Castro, nome social Lourdes, filha de Benedito Pereira de Castro e Dorvalina Gama dos Santos, tenho 62 anos. Desde pequena me incomodava o preconceito que nós sofriamos porque a gente era preta. Minha mãe era indígena e meu pai negro. Meu pai considero que era um escravo do trabalho, trabalhava na roça para pessoas que tinham posses fazia batelão. Era costume a gente ir ao trabalho acompanhar meu pai, a gente roçava e ainda servia de espantalho para espantar os pássaros que vinham comer o arroz. Sempre fomos muito humilhados, teve uma vez que apanhamos quatro limas e o patrão colocou na conta para meu pai pagar. Este fato fez minha mãe decidir ir embora da cabeceira voltar para casa do pai dela, com todos nós. Meu pai continuou trabalhando para o seu Anacleto. Meu pai continuou trabalhando para os proprietários, fazia de tudo: canoa, batelão, tiração de pau rosa, de cedro, cipó, madeira lavrada com machado. Ele tinha uma vida muito sofrida. As pessoas geralmente trabalhavam por rancho, uma pele de animal valia um quilo de açúcar ou 100 gramas de café; Mil palmos de madeira valiam três quilos de açúcar ou um pedacinho de tecido. Aos 19 anos tive minha primeira filha, depois eu me casei e tive sete filhos e adotei mais um que ficou órfão na

comunidade, fiquei treze anos casada quando começou a dar tudo errado e me separei. Tive que trabalhar de diversas formas para criar todos eles sozinha. Hoje em dia dou apoio meus netos, alguns ficam comigo quando minhas filhas estão com dificuldades. Desde cedo aprendi a trabalhar, aos dez anos já sabia torrar farinha, sabia capinar, tirar e ralar mandioca, lavar roupas. Em 2000 eu decidi vir para Manaus. embarquei com todos meus filhos, trabalhei em vários lugares aqui em Manaus, fui doméstica em casa de família, banca de churrasco e trabalhei na esquina do pastel (CASTRO, 2016, p. 17).

Narrativas do livro que apontam e definem a condição sistemática com que estrategicamente enveredei pelos caminhos que me levaram a inserir-me nos movimentos sociais:

Em 2009, voltei para o Matupiri e fui limpar meu terreno, precisamente na primeira eleição do FOQMB, sendo que por indicação da Ana Felícia, eu fiz parte do Conselho Fiscal. Depois de três meses eu fui substituída não concordar com algumas coisas erradas que eles fizeram. Em 2011 fui convidada a concorrer à presidência, que estava abandonada há seis meses pela presidente Maria Cremilda Rodrigues dos Santos. Eu já tinha aprendido tudo e aceitei. A minha chapa foi aclamada por ausência de concorrência, todavia, a antiga presidente, no dia 11 de novembro de 2011 chegou com uma ordem de impugnação, visto que não havia nenhuma ordem judicial. Mesmo com minha vitória, a antiga direção não entregou a documentação que garantia a transferência de Direção. Somente em maio do ano seguinte eu pude assumir de verdade. Assim, passei a ser presidente da Federação, sendo reeleita em 2014 disputando com uma chapa apoiada pela Maria Cremilda. Minha atuação junto aos órgãos Federais como o Ministério Público (MPF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e IFAM, em 2018, após visita realizada em 2016, tivemos o primeiro Edital que garantiu vagas para povos e comunidades tradicionais, assim me tornei aluna do curso de superior de Agroecologia, que para mim foi uma grande vitória, pois somente após ao 50 anos fiz meu ensino médio pelo tecnológico. Atualmente, sou vice-presidente da Federação e estou no meu último ano de curso, rezando para terminar e voltar para meu quilombo, produzir, ensinar o que eu aprendi, e lutar pelo nosso maior patrimônio: o título definitivo de nosso território (CASTRO, 2016, p. 17).

Após este relato direto de Maria Amélia, que seguiu o mesmo percurso do livro *Trilhas Percorridas Por uma Militante Quilombola: Vida, Lutas e Resistência: Maria Amélia dos Santos castro*, por meio da parceria com Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), elaborado pela Professora Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro em 2014, reforça-se que esta pesquisa é a expressão de uma dialogia entre os saberes tradicionais – etnoconhecimento e o conhecimento científico encarnado em uma trajetória de trabalho na agricultura, na luta política e na formação acadêmica desta liderança quilombola.

1.3 – Quilombos dos Rio Andirá e a comunidade Santa Tereza do Matupiri

As comunidades e povos tradicionais enfrentam diversos desafios na Amazônia, como a degradação ambiental, a perda de terras e recursos, a exclusão social e econômica e a violação de seus direitos humanos. Como resultado, muitos estão se mobilizando para proteger seus direitos e recursos, preservar suas culturas e tradições, e promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva, para ALMEIDA (2008) as comunidade e povos tradicionais não são figuras do passado, estão mobilizados em um processo de transformação, no qual redefinem permanentemente suas relações com a natureza, não se limitando simplesmente a reproduções de tradições fixas, estes sujeitos são protagonistas de comunidades dinâmicas que aparecem hoje envolvidas num processo de construção do próprio “tradicional”.

Os remanescentes de quilombos constituem grupo étnico com identidade política assumida, organizada sob lógica de economia agro extrativa combinada à concepção de uso comum dos recursos naturais.

Esses grupos se organizam como novas unidades de produção que em nível local ou regional reordenam o sistema da propriedade e os usos das terras em diversos sentidos, estabelecendo padrões sociais de produção agrícola e/ou animal (OLIVEIRA, 2012).

A comunidade Santa Tereza do Matupiri é o polo das comunidades quilombolas do rio Andirá, pois foi a unidade fundacional deste grupo étnico, pelo ex escravo, Benedito Rodrigues da Costa, portanto, atualmente composto pelos quilombos: Santa Tereza do Matupiri, Ituquara, Boa Fé, Santa Tereza do Matupiri, São Pedro e Trindade, de acordo com Raciaro (2016, p. 60), sendo um complexo marcado pelo o parentesco e/ou a linhagem de descendentes do ex-escravo é, portanto, como o grupo se define enquanto pertencente ao território quilombola.

As comunidades “remanescentes quilombolas” são organizadas em unidades políticas administrativas, a luta política do movimento negro contemporâneo e o exercício intelectual, colocaram questão quilombola no debate nacional, a partir de então passaram a ser reconhecidas oficialmente por meio da Constituição Federal de 1988, consubstanciado no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), de acordo com o que está descrito no referido artigo, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Sobre a referida Lei trago aqui as reflexões de ARRUTI (1997) que avalia ter havido um distanciamento dos estudos que abordavam o campesinato entre comunidades negras, após a movimentação política criada em torno do artigo 68 do ADCT-CF de 1988. Segundo o autor:

Até a década de 80, havia uma constante produção de estudos voltados para as áreas camponesas que tinham a particularidade de serem também

comunidades negras. Estes estudos abordavam o tema da etnicidade de forma relacionada com as questões da ruralidade e do campesinato. No entanto, a partir desta publicação, o artigo 68 acaba interferindo na própria produção antropológica voltada para estudos raciais. Com isso, o campo de estudos sobre negros passa a ter de responder a novas demandas originadas da luta política, que o levam a uma aliança forçada com perspectivas até então apartadas, impondo aos estudos etnográficos sobre comunidades rurais negras a literatura histórica sobre quilombos e vice-versa (ARRUTI 1997: p.13).

Neste sentido, as comunidades, os quilombolas apresentam características étnicas específicas, mantidas ao longo do tempo, por meio da organização de seus grupos ou pela força da memória que fortalece a sua identidade, e enquanto categoria histórica detêm significado de resistência e autoafirmação. De acordo com o Decreto 4.887/2003, os quilombos são: “grupos étnico – raciais” segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, 4.887/2003, art. 2º).

Os quilombos do rio Andirá, obtiveram em 2013 Certidão de Autodefinição, por meio da Fundação Palmares, por meio da Portaria nº 176, publicada no Diário Oficial da União, em 24 de outubro do mesmo ano. A demarcação e a titulação de terra ocupada por comunidades remanescentes de quilombo estão previstas no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal de 1988, e do Decreto nº 4.887 de 2003, sancionado pelo Presidente Lula.

Este trabalho coaduna-se no postulado do Professor Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008, p 29), que considera Território como territorialidade específica pela posse dos quilombolas no uso de uma área rural, com seus próprios modos de organização do Território social. Consideradas, como resultado de diferentes processos de territorialização sendo que são delimitados de modo dinâmico e as terras de pertencimento coletivo que convergem para um território. Na perspectiva deste trabalho a garantia do Território vincula-se diretamente ao modo de produção dos povos e comunidades tradicionais, que de forma efetiva tem garantido a conservação da floresta amazônica e dos modos de vida. E a dialogia com os pressupostos agroecológicos são entendidos como potencializadores de se produzir desenvolvimento humano com maior seguridade ambiental, afinal temos visto que a partir da eleição do presidente Jair Bolsonaro tivemos um avanço avassalador do desmatamento na Amazônia ao mesmo tempo em que se verificou retrocessos no processo de regulamentação de territórios indígenas e quilombolas.

2 – Trajetória metodológica da pesquisa

Este trabalho teve caráter etnográfico, dialógico, dentro da compreensão de que há uma base material e de conflitos no macro transfundo. A pesquisa que teve como centralidade considerar o etnoconhecimento da mandioca e derivados e as contribuições da agroecologia, pressupõe considerar os processos históricos coloniais impostos pela indústria do capitalismo e a atual relação de tensão e conflitos entre os atuais interesses do agronegócio, que marcam a condição da não assinatura da titulação do território quilombola do Andirá a partir da eleição do ano de 2018 do governo federal.

A pesquisa teve caráter etnográfico, pois a pesquisadora, mesmo como nativa da comunidade *lócus* da pesquisa, voltou no mês de agosto de 2022 para realizar o trabalho de campo. Neste sentido, o texto “A experiência etnográfica” de James Clifford (1998), mostra a noção de autoridade etnográfica no trabalho de campo expressa pelo “eu estiva lá”, que seria a forma de demonstrar o “etnógrafo como membro integrante e participante” do trabalho de campo. Este padrão de legitimação do trabalho etnográfico, que deram respaldo aos trabalhos de antropólogos culturalistas, funcional – estruturalistas se aprofunda neste exercício a medida em que a pesquisadora estava “fora” cursando Agroecologia, mas é pertencente ao grupo social alvo do estudo – “de dentro”.

Nesta perspectiva, a autora possui maiores condições representar este “outro” como agentes reais e históricos. (Clifford, 1998, p.19), evitando os reducionismos e essencialismo. Em suma, este trabalho possui os carecteres propostos por Clifford, da etnografia exige com intensa participação pessoal, um ativo “sentir-se em casa”; produzindo etnografia dialógicas e polifônicas (Clifford, 1998).

A parte central deste trabalho, será representado por meio da exposição de cinco relatos familiares sobre o trabalho com o cultivo da mandioca da comunidade *lócus* deste estudo em dialogia com as aprendizagens da pesquisadora no decorrer dos seis períodos como discente do curso de Agroecologia. A Ciência e saberes tradicionais, agroecologia e etnoconhecimento postos sob o fundamento ético que conduziu Maria Amélia ao curso superior: *“voltar a produzir e ensinar ao meu povo o que aprendi com a agroecologia”*.

A pesquisa realizada possui caráter essencialmente participativo, superando os formatos do culturalismo, do estrutural funcionalismo clássicos, pois a “antropóloga” não é um viajante de um mundo e cultura distante, mas uma mulher, líder da própria comunidade, que retorna ao seu chão para olhar mais uma vez aquilo que sempre fez em sua vida.

Neste sentido, pode-se afirmar o caráter da reflexividade reflexa de Bourdieu, em especial, ao considerarmos que este estudo se constituiu baseado na concepção de objeto construído e em constante construção, a partir de um olhar que se coloca em contínuo auto escrutínio. Pragmaticamente, a pesquisadora que veio residir em Manaus para cursar tecnologia em Agroecologia, faz um retorno ao quilombo do Matupiri em 2022, para construir dados sobre o cultivo da mandioca entre agricultores familiares, por meio de uma entrevista semiestruturada realizada com 5 (cinco) famílias.

Família 1: A primeira agente social quilombola entrevistada foi uma mulher, casada, de 40 anos e com 4 filhos. A mesma lidera uma família de agricultores, que trabalha com uma vasta quantidade de variedades de mandioca: Amarelinha, Surucucu, Laranjinha, Milagrosa, Seis Meses, Jabuti, Jaraqui, Arroz, Urive, Maracujá, Pequiá e Parazinho. Os principais produtos produzidos por este núcleo familiar são: Farinha, biju, pé de moleque, carimã, biju lavado, bejú seco, beju cubinho, farinha seca, farinha ova, farinha de farofa, farinha de mistura, farinha de toco mole, farinha de massa puba.

Família 2: A segunda unidade familiar, o agente que prestou as informações é um jovem de 24 anos, casado e tem um filho. As variações comuns de maniva são: Maracujá, arroz, jabuti e milagrosa. Os principais

produtos são: farinha d'água, farinha de toco mole, farinha de mistura, beiju, tapioca, tucupi, crueira, tarubá.

Família 3: Nossa terceira entrevistada, tem 42 anos, casada, tem 4 filhos. Esta família trabalha com as manivas: Seis Meses, Arroz, Urucará, urivi, Maracujá e Pequiá. A família produz: Farinha d' água, farinha de tapioca, pé de moleque, tarubá, beiju lavado, polvilho, biscoito (...).

Família 4: A quarta agente entrevistada, tem 44 anos, casada, 5 filhos. A família trabalha com as variedades: Arroz, Seis Meses, Milagrosa, Jabuti, Flexa, Parazinho. A família produz: Farinha, beiju lavado, beiju seco, dobradinha, massa de carimã, pé de moleque, farinha de tapioca e beiju dobrado.

Família 5: O entrevistado que completa as cinco famílias é casado, tem 32 anos e tem uma filha. Esta família cultiva as mandiocas: Parazinho, Perereca, Urucará, Rio Negro e Milagrosa. Os derivados produzidos pela família são: Farinha d'água, farinha de toco mole, pé de moleque, beiju seco (sica) e beiju urube.

Quanto à faixa etária dos agricultores entrevistados – situada entre os maiores de 24 anos e os que têm até 44 anos. Quanto ao gênero, foram três do gênero feminino e dois do Masculino. Com relação ao preparo da área e plantio 4 (quatro) responderam que utiliza a agricultura de corte e queima, e apenas 1 (um) respondeu que utiliza o plantio direto.

3 – Etnoconhecimento e a ciência agroecológica no cultivo da mandioca: interfaces e dialogia na trajetória de Maria Amélia

A categoria etnoconhecimento que possui grau de centralidade neste trabalho, é compreendida como saber produzido coletivamente a partir das referências socioculturais de distintos grupos humanos, que demarcam um contraponto às perspectivas de conhecimento sistematizadas pela cultura eurocêntrica, notabilizada historicamente por fundamentos filosóficos e científicos (RODRIGUES, PASSADOR, 2010).

Considerando a focalização deste trabalho que se encontra no cultivo da mandioca a categoria etnoconhecimento é estreitada ao conceito de etnobotânica, que de acordo com ALBUQUERQUE (2002, p.17):

Inicialmente entendida como o uso de plantas por aborígenes, a etnobotânica implicava numa complexidade maior de pesquisas. Durante muito tempo, por força da influência inicial da definição de Harshberger, foi entendida com base naquele conceito. A partir de meados do século XX, passou a ser compreendida como o estudo das inter-relações entre povos primitivos e plantas, acrescentando-se uma componente cultural a sua interpretação pelo engajamento cada vez maior de antropólogos. Contudo, o entendimento atual ampliou a definição de etnobotânica estendendo seu campo tanto para o estudo de populações tradicionais quanto das sociedades industriais, no relacionamento expresso na inter-relação populações humanas/ambiente botânico. Com essa ampliação, e a colaboração da antropologia cultural, bem como das outras ciências relacionadas (fitoquímica, ecologia, economia e linguística), ocorreu uma ainda maior diversificação de objetivos e métodos.

Neste sentido, a etnobotânica possui uma profunda ligação entre as noções culturais e sua relação com as plantas, os sentidos, significados, finalidades e as técnicas tradicionais de manejo e produção de derivados. O modo como essas plantas são usadas como recursos é muito importante.

Este conhecimento, denominado de tradicional, refere-se à soma de métodos adquiridos através de determinada sociedade no decorrer do tempo (OLIVEIRA, 2014).

Para Alexiades (1996), a Etnobotânica tem como foco pesquisar as sociedades humanas, passadas e presentes, bem como os fundamentos ecológicos, genéticos, evolutivos, simbólicos e culturais com as plantas. Os estudos sobre a Etnobôtanica são de grande relevância em regiões que têm na cultura da mandioca um importante fator econômico e social, destaco que a mesma é de extrema importância na conservação da agrobiodiversidade, através da valorização do conhecimento empírico dos agricultores (SOUZA, 2021).

A etnobotânica é a relação entre as plantas e as culturas humanas. É uma área do conhecimento que busca entender o conhecimento tradicional e a prática das comunidades locais no uso e manejo de plantas, incluindo a mandioca. Portanto, os estudos sobre etnobotânica são essenciais para entendermos as interações entre os seres humanos e as plantas, e para promover a conservação da agrobiodiversidade e a manutenção do conhecimento tradicional.

3.1 – A Agricultura Familiar como expressão do étnos

A Agricultura Familiar é de grande importância para o país garantindo a segurança alimentar e nutricional em que segundo o Censo Agropecuário de 2017, informa que 77% dos estabelecimentos são classificados como de Agricultura Familiar, ocupando 23% de toda a produção e ao observar o Estado do Amazonas, tendo sua participação no valor da produção de 67,35% isto comprova sua fundamental participação no abastecimento das cidades e na economia IBGE (2017).

O desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil está associado à implementação de políticas públicas que possibilitem, além da permanência na terra, o desenvolvimento de estratégias e condições de sobrevivência com dignidade na área rural. Pode-se afirmar que a história da Agricultura Familiar está intimamente ligada à consolidação de políticas públicas que foram, gradativamente, conquistadas pelos pequenos trabalhadores rurais com apoio indispensável dos movimentos sociais organizados (MOREIRA, 2016, p. 15).

A agricultura familiar tem suas particularidades quando comparada a outras categorias de produção, todavia, é fato a força de trabalho juntamente à gestão da propriedade sendo desenvolvidas por membros da família, caracterizando então a agricultura familiar com algo específico e distinta de outras formas de modelos produtivos, caso do agronegócio.

A origem da agricultura amazônica está diretamente ligada aos indígenas, primeiros habitantes da região. Como conhecedores e detentores de uma rica herança sociocultural, estes povos foram e são incorporados aos novos grupos sociais que se estabelecem através do processo de ocupação da Amazônia (CASTRO, et. al. 2007).

3.2 – A interface Agroecológica

A agroecologia tem sua origem nas consequências não previstas que a inserção do modelo industrial de agricultura e pecuária empregado a partir da última metade do século passado. Estar-se frente a desastrosos efeitos na natureza e na vida das pessoas. A FAO tem estudos que demonstram mundialmente os processos de degradação do solo de regiões da África e Ásia decorridas por práticas de desmatamento, pastoreio. Na América do Sul este processo também se encontra em curso, sendo que a

mata atlântica, o Pantanal e a floresta Amazônica sofrem impactos de enorme gravidade. Este processo, tem representado a exploração do trabalho, a perda da diversidade biológica, a expropriação territorial dos povos e comunidades tradicionais, dentro de uma lógica de busca de lucros insaciáveis.

Riechmann (2002) considera que se Agroecologia propõe a desenhar e manejar agroecossistemas sustentáveis e construir estratégias de desenvolvimento rural sustentável que considerem dimensões ecológicas, sociais, culturais e econômicas, deve-se afirmar que a Agroecologia serve a toda a sociedade, de forma intergeracional, aos agentes do mundo rural e urbano. Produzir, comercializar e consumir alimentos são atividades com profundo conteúdo ético e político que dizem respeito não apenas aos agricultores, sendo uma questão para toda a sociedade.

Caporal e Costabeber (2004) coadunados ao viés adotado por Miguel Altieri, compreendem que agroecologia surgiu da busca pela construção de novos conhecimentos: [...]

nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela Agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis (...) (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p.8).

Para Altieri (1998) as práticas (agro)ecológicas visam não somente a questão econômica e tecnológica, diz respeito a uma problemática multidimensional que é ecológica, cultural e política, sobre o olhar de Caporal e Costabeber (2002; 2004) a Agroecologia é ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Assim, a Agroecologia dialoga

com os conhecimentos tradicionais, na perspectiva de que a mesma busca premência de uma agricultura sustentável capaz de tornar mínima as consequências ambientais, possibilitando também a reorganização dos povos e comunidades tradicionais em torno de suas próprias práticas agrícolas, econômicas e sociais.

Neste sentido, para a Amazônia que atualmente sofre com o avanço da pesca predatória, desmatamento realizado pelos empreendimentos do agronegócio, da mineração, a agroecologia tem papel de enfrentamento à monocultura, a exploração do trabalho e na defesa da produção de alimentos saudáveis. Foi assim que em 2010 o IFAM CMZL, deu uma guinada rumo ao agroecológico, com a criação do Curso de Tecnólogo em Agroecologia; em 2012 o governo Dilma institui por meio do Decreto 7.794 a Política Nacional de Agroecologia. Todavia, desde o golpe de 2016 o Brasil tem dado prioridade total ao agronegócio em detrimento a agricultura familiar e aos princípios da agroecologia.

Portanto, este trabalho possui como transfundo o compromisso de fazer de os conhecimentos em Agroecologia tornar-se um instrumento que se some aos saberes dos povos e comunidades tradicionais, ancestralmente produzidos e comprovadamente eficazes para a garantia a sustentabilidade.

3.3 – Esboço de autoanálise: a prática da agricultura de Maria Amélia, um relato do passado

Este relato sobre as práticas da agricultura de Maria Amélia seguiu o mesmo percurso do livro *Trilhas Percorridas Por uma Militante Quilombola: Vida, Lutas e Resistência: Maria Amélia dos Santos Castro*, através da parceria com Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

(PNCSA), elaborado pela Professora Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro em 2014. Sobre o assunto Maria Amélia relata que:

Eu sou uma pessoa assim, eu derrubo mato, faço meu roçado, hoje [2015], por exemplo, eu estou com mil pés de bacabeira plantada; porque onde eu fiz o meu roçado tinha bacabeira. Então o que eu fiz? Derrubei as fruteiras pra plantar a maniva, tirei as frutas da bacabeira e encanteirei. Aí, recolhi a maniva naquele período e hoje já plantei mil pés de bacabeira de novo. Então quer dizer, eu estou reflorestando aquela mata, mas já contando que fique só a bacaba e outras plantas numa parte do roçado. Eu vou plantar a semente da bacaba e ela já repõe daquelas que eu tirei, com a castanha é a mesma coisa. Eu já plantei dez pés de castanha, eu estou numa área que não tinha mais isso, então, eu estou plantando, reflorestando. Isso no roçado, naquele que você foi lá comigo eu também estou plantando cupuaçu. Agora vai se tirando a roça, eu já vou plantando cupuaçu, ali na frente eu já planto o cacau, açaí, e assim eu vou semeando pra repor a floresta. O roçado começa dessa maneira: você roça mata pequena, a mata baixa. Antes está tudo cheio de mata, chega lá e roça tudinho. Aí depois da “roça-ção” vem a derrubada. Aí, você vai cortar as árvores maiores, corta as pequenas; aí depois vem de motosserra, quem tem, né? Ou quem não tem, vai demachado mesmo, fazendo o roçado. Deixa na fase de um mês para pegar sol. Depois de um mês, você vai ver que já tá seca a mata derrubada, você “taca” o fogo. É a brocagem do roçado; broca o roçado que é derrubado... Aí, depois de queimado, você vai limpar para plantar a maniva (CASTRO, 2016, p. 28).

Os agricultores do Matupiri cultivam uma grande variedade de maniva, identificadas por esses agentes sociais pelos nomes populares de: milagrosa, também conhecida como mandioca de 1 (um) ano; arroz, acari, surucucu, laranjinha, papagaio, tucumã e nambu são denominados como mandioca de 6 meses. Em sua narração Maria Amélia aponta que:

[...] Aí a gente planta a maniva conforme a qualidade delas. Tem maniva que com 06 meses já dá pra fazer farinha e tem outra maniva que só serve quando completa um ano. Mas ela dura até dois anos, a roça plantada ela fica abastecendo dois anos, é, ela aguenta dois anos, tranquilo! Você corta para tirar a mandioca; aí, o talo dela planta novamente, depois ela já vai dar de novo. A roça dá três vezes: planta a primeira, vem a segunda, a terceira, tudo é replantado do

galho da própria maniva. Tira raiz pra fazer a farinha e coloca outro pedaço de talo da maniva enterrado. Tem que saber qual é a qualidade da maniva, aí aquelas árvores que a gente tira já vai servir para plantar em outra parte. Se a gente deixar mais de três anos, vai apodrecendo a raiz e morre. A gente conhece a qualidade da maniva pela folha: tem a que a gente chama de Milagrosa, esta ela dura por dois ou três anos, tranquilo, é milagrosa, né? [riso]; tem a maniva de dura de 06 meses, essa maniva é que a gente chama de Acari; tem duas manivas que se chamam de Laranjinha e a Amarelinha. Essas manivas são todas de seis meses. Se você fizer três hectares de roça, com seis meses tu tens que começar a arrancar porque, até se ela completar um ano você não “roda”, percorrendo o roçado, ela apodrece. Então, você vai tirando ela, assim, de uma vez, até chegar lá no final do roçado (CASTRO, 2016, p. 28).

A produção da farinha agrega vários processos culturais e ancestrais, que fortalece laços sociais da comunidade do Matupiri. Sobre a produção e qualidade da farinha Maria Amélia explica que:

[...] A qualidade da farinha é diferente porque a maniva amarelinha, aquela laranjinha, elas dão uma farinha bem amarelinha, sem levar corante. Agora, a Acari já dá uma farinha bem clarinha; a Milagrosa também não dá uma farinha amarela; fica como ela é, clara, nós não usamos corantes nela também. Por exemplo, eu vou fazer farinha: tem a farinha d'água, tem a farinha seca, tem a farinha mista, que misturamos uma com a outra. Tem aquela farinha da massa puba; é pura, fei- ta somente da mandioca mole. Todas vão precisar d'água, pra amolecer, mas a farinha mista, de “toco molde”, que falam, é pra fazer pura ou faz a mistura com as outras. Uma comparação, assim, põe três paneiros na água e quando tiver tudo mole, mistura com a massa puba, isso se chama de “farinha mista. A farinha puba, farinha da “massa puba” é farinha d'água, só misturada com a água, é a mandioca d'água, não mistura com nada. Essa a gente chama de chama de mandioca de “toco mole”, é a farinha que vem da mandioca de “toco mole”. Eu tenho o certificado de processamento da farinha como agente faz, todos nós no rio Andirá temos, faz o curso e tira o certificado. Aí você faz a colheita e leva tudo pra Casa-da-Farinha, aí, já têm que mergulharem na água e vai ficando tipo que apodrecida, tirar a casca que vai servir pra alimento pra galinha, porco. Quem diz que a mandioca é um trabalho fácil? Não é não! Pra lidar com a mandioca a gente fez um curso, pois temos que ter muita higiene com a farinha, por causa da areia tem que ser bem lavada. Já pensou, uma farinha misturada com areia? Para não ficar a areia na farinha, eu descasco, lavo pra tirar toda a terra da raiz e deixo dentro de um depósito, mergulhada. Se

ela está limpa não vai ter contato com o fundo e se misturar com a terra. Se não tiver esse cuidado, vai encher de areia, deterra... É muito trabalho, mas garante a qualidade, vale a pena! Então tudo isso a gente faz; seja criança, seja adulto, o importante é ter sempre pro nosso sustento (CASTRO, 2016, p. 29).

Nos parágrafos acima são identificados a *farinha d'água* que utiliza somente o sistema de fermentação, a *farinha de miolo mole* que consiste em colocar a mandioca na água por um dia ou até o miolo ficar mole e, posteriormente, passa pelo processo de ralação e finalmente, a *farinha mista* que se configura na mistura da massa ralada do miolo mole com a fermentada.

4 – Interfaces e dialogia entre etnoconhecimento e ciência no contexto produtivo da mandioca e derivados em Santa Tereza do Matupiri

A classificação botânica da mandioca, sendo mandioca, (*Manihot esculenta* Crantz), classificada pela primeira vez em 1691, na *História Plantarum Universalis*, de Johannes Bauhin, que estudou material obtido por André Thevet no Brasil e que, em sua homenagem nomeou a raiz de *Manihottheveti*. Em 1766, Heinrich Johann Crantz descreve a euforbiácea e publicou o primeiro nome válido para a cultura de *M. esculenta*, sendo que em latim *esculenta* significa “bom para comer” (EMBRAPA, 2005). A mandioca pertence à divisão *Spermatophyta*; classe *Magnoliatae*, ordem *Euphorbiales*, família *Euphorbiaceae*, gênero *Manihot*; espécie *Manihot esculenta* Crantz; subespécie *esculenta* (ROGERS e APPAN, 1973).

A mandioca, segundo diversos estudos é apontada como a planta mais antiga cultivada no Brasil, neste sentido, possui uma representação

simbólica ancestral, os mitos de origem da mandioca são apresentados por diversos autores com diferentes versões, essas variações são compreendidas pelo fato de que cada grupo social constrói suas próprias tradições e concepções de mundo. Entre os indígenas do Brasil pré colonial, a mandioca já era utilizada na alimentação de norte a sul do país, ou seja, o conhecimento sobre esta planta possui longa relação com os povos tradicionais, selecionada e domesticada, com compreensão de suas propriedades, primordialmente de sua toxicidade. (EMBRAPA, 2005).

Se é fato que a mandioca integra cultura alimentar nacional, é notório que para os diversos grupos sociais da Amazônia, ela é inerente ao viver de caboclos, indígenas, quilombolas do rural e da cidade, bem como grupos sociais que migraram para a região.

4.1 – A cultura da mandioca e sua interface com a agroecologia

Considerando, que a mandioca é produzida principalmente por pequenos produtores, em sistemas de produção complexos, com pouco ou nenhum uso de tecnologia, principalmente de agroquímicos. (CARDOSO, 2003), o que significa afirmar que a produção agrícola familiar da mandioca na Amazônia possui profunda dialogia com os princípios da Agroecologia, visto haver manejo equilibrado da natureza em harmonia com os interesses da coletividade

Em Santa Tereza do Matupiri, mandioca é utilizada primordialmente para a produção de farinha que em união com o peixe do rio Andirá formam a sua base alimentar. Além da farinha se produz: a tapioca, o carimã, o tucupi, o tacacá e o beiju que compõem a dieta alimentar desses agentes. Nesta perspectiva, os hábitos alimentares desses agentes sociais, envolve uma série de questões como as políticas de segurança alimentar, as relações de produção, as trocas sociais, as técnicas de cultivo empregadas e os saberes tradicionais transmitidos de geração para geração (SOUSA, 2021).

No contexto do *lôcus* da pesquisa, identificou-se que a prática utilizada na comunidade do Matupiri para o plantio da mandioca e o sistema corte e queima, também conhecido como coivara, a vegetação é cortada e queimada, a única adubação da terra é feita pelas cinzas. Os quilombolas explicam que o sistema de corte e queima tem como principal característica o uso temporário de uma área para o plantio de mandioca, onde é utilizada de 2 a 3 anos, depois a área é abandonada, e a floresta surge novamente e só irá ser utilizada novamente após 3 a 4 anos. O uso do fogo pelas comunidades tradicionais, mesmo que fira princípios agroecológicos não representou historicamente ameaça ao meio ambiente.

Segundo Sousa (2021) a seleção da área de plantio considera fatores como distancia, o regime de cheia e vazante, proximidade do rio, considerando o transporte fluvial, qualidade do solo, no caso o arenoso que permite o melhor crescimento das raízes. As roças ficam cerca de meia hora da sede da comunidade, próximas às casas de farinha. As mandiocas são alocadas dentro de paneiros feitos por artesãos, utensílios que facilitam carregar os tubérculos até a mesma.

Após a colheita da mandioca as mudas são retiradas e guardadas para o próximo plantio como explicou a agricultora Francisca “A gente guarda a maniva para usar de novo, a gente cava com a inchada e coloca ela enfincada na terra para não estragar, porque se deixa jogada ela seca, se não tiver com o terreno pronto passa pra outro pra não estragar, as vezes que o vizinho não tem ele pede” Francisca Araújo – Agricultora (SOUSA, 2021, p.).

Há uma grande variedade de maniva, identificadas pelos comunitários com nomes populares de: milagrosa, também conhecida como mandioca de 1 (um) ano; arroz, acari, surucucu, laranjinha,

papagaio, tucumã e nambu são denominados comomandioca de 6 meses, sendo classificadas em dois grandes grupos da mansa e da braba.

(SOUSA, 2021) identifica os principais utensílios utilizados na fabricação de farinha são:

Caititu (motor de ralar mandioca): cilindro com pequenas serrilhas, utilizado na ralagem da mandioca, **Cocho**: troco de madeira escavada, utilizada para colocar os tubérculos descascados, **Prensa de madeira**: utilizada na extração de líquido (tucupi), **Tipiti**: tipo de prensa feita com fibras, é um cesto com trançado duplo, utilizado para a passagem do líquido venenoso da mandioca, **Tacha de Torração**: também chamado como forno espécie de bacia ou alguidar grande, de formato circular, colocada no forno para a torração da farinha.

O cultivo da mandioca é uma atividade comunitária, em que os membros da comunidade na maioria das vezes trabalham juntos para plantar, colher e processar o tubérculo. Essa colaboração fortalece os laços comunitários que envolve a partilha de conhecimento e técnicas empregadas.

4.2 – Maria Amélia de volta ao quilombo do Matupiri: interface e dialogia

O trabalho de campo realizado pela pesquisadora teve como alvo cinco famílias, o desafio foi fazer a escuta de pessoas muito próximas, em um contexto em que a mesma já possui conhecimento da realidade social. Evidentemente que poderíamos ter realizado esta etapa somente utilizando as informações acumuladas pela própria pesquisadora, todavia, entendemos ser importante este exercício para a pesquisadora e para a pesquisa, onde se reforça as noções da alteridade, do conhecimento coletivo e participativo desta pesquisa.

4.2.1 – Breve etnografia dos modos de produção da mandioca e derivados.

Os dados coletados das 5 (cinco) famílias quilombolas revelam a profunda relação entre essas comunidades e a cultura da mandioca, cada família compartilhou uma riqueza de conhecimento e práticas agrícolas, destacando a diversidade de variedades de mandioca cultivadas e os diversos produtos derivados produzidos. As entrevistas demonstram que o processo de cultivo da mandioca é meticuloso e envolve diversas etapas, desde a preparação da área até o beneficiamento dos produtos. A roçagem, derrubada e queima da vegetação são práticas comuns, seguidas pelo plantio da maniva e a subsequente colheita, que ocorre após meses de cuidado e espera. O beneficiamento da mandioca revela a habilidade e o conhecimento adquiridos ao longo de gerações. O descascamento, ralagem e processamento da massa são realizados de forma tradicional, utilizando técnicas como o tipiti e a peneira para produzir a farinha, beijus, pé de moleque e outros derivados.

Além disso, é evidente o papel crucial que a mandioca desempenha na economia dessas famílias, fornecendo não apenas alimentos básicos, mas também gerando renda por meio da venda dos produtos derivados. Essa sustentabilidade econômica é ressaltada pelos agricultores como essencial para o sustento de suas famílias.

Ao analisar os dados demográficos, observa-se uma distribuição equitativa entre os gêneros, com a participação ativa tanto de mulheres quanto de homens nas atividades agrícolas. A faixa etária dos agricultores entrevistados também reflete uma variedade de experiências e

conhecimentos, demonstrando a continuidade e a adaptação das práticas agrícolas ao longo do tempo.

Família 1: Primeiro trabalha na roçagem depois vem a derruba deixa secar um ou dois meses para fazer a queimada, aí vem o plantio, carrega a maniva para plantar tem que corta o pau que chamamos de maniva tem que cortar em pedaço pequeno aí vem o manicuja que é uma abertura de terra para cobrir a maniva e a roça já fica plantada pronta para crescer, sendo que a germinação acontece de 15 a 20 dias.

Primeiro arranca a mandioca, coloca no paneiro para trazer a casa de farinha no outro dia, vai descascar, depois de ser ralada mistura uma outra e deixa para descansar aí vai para o tipiti quando já seca a massa vai ser peneirada na peneira aí começa ser feita a farinha. Já pronta, coloca na saca de fibra, desta farinha eu faço a minha venda. Com ela eu compro minhas roupas, calçado, perfume, minha maquiagem e outras coisas que sustenta a minha casa então este plantio de mandioca que me sustenta. Todos os anos é a minha obrigação fazer roça por é a minha sobrevivência da minha família (Entrevistada 1, 2022).

Família 2: É realizada a preparação da área para o cultivo, o cuidado com o cultivo e a colheita O primeiro passo fiz a limpeza da área, sem queimar, depois fiz o plantio e usei as folhas e galhos das plantas, depois de crescida vem a capina e após nove meses vem a colheita.

Logo depois da colheita vem parte de descascar a mandioca lavamos depois ralamos em seguida tiramos a tapioca e o tucupi que depois serão utilizados mais tarde no preparo do beiju tacaca e outras, dando continuidade ao processo colocamos a massa dentro do tipiti após despejar todo o tucupi dentro de um recipiente pegamos a massa peneiramos pra a partir daí escaldar a massa até se tornar o objetivo final que é a farinha para comer e vender (Entrevistado 2, 2022).

Família 3: Prepara a área para o cultivo, o cuidado com o cultivo e a colheita, sendo que o trabalho de roça é feito puxirum para a derruba, quando o mato fica seco, as folhas aí fazemos a queimada e aí vem o plantio.

Tira a mandioca, descasca coloca de molho na água quando estiver começando espumar e ralado depois mistura junto com outra massa. No outro dia vai colocar no tipiti para secar a massa aí vai para

peneira depois vem o trabalho final e fazer torração da farinha (Entrevistada 3, 2022).

Família 4: Primeiro passo para a preparação do roçado, a derruba, tem roçagem, a queima, planta a maniva depois, vem a capina e espera a mandioca amadurecer para poder fazer a farinha.

Tiração da mandioca somente quando está madura arranca a mandioca, essa raiz vai para água e depois vai ser descascada para poder fazer a ralação, daí vai virar massa, essa massa que vem e se transforma em farinha de vários tipos: de toco molhe, farinha de massa puba, está a mandioca que fica mais de 3 dias de molho; temos farinha ova, temos a farinha de farofa. A farinha é muito boa de comer mais dá trabalho de fazer (Entrevistada 4, 2022).

Família 5: Primeiro se roça a mata, derruba, queima e planta. Depois vem a capina aí vem a colheita. Quando está com oito meses já podem fazer a farinha

Primeiro tiramos a mandioca, coloca para descascar quando estiver tudo pronto aí vai para a guareira dentro do rio, retira da água e leva para ralar a mandioca. A gente faz o processo mistura das duas massas aí vai para o tipiti, depois vai é peneirado na peneira e se começa escalda da massa e mexi com o taru ainda tem o tucupi e a tapioca que é retirado da mandioca (Entrevistada 5, 2022).

Fonte: O próprio autor, 2023

Os agricultores cultivam uma grande variedade de maniva, identificadas por esses agentes sociais pelos nomes populares de: Amarelinha, Surucucu, Laranjinha, Milagrosa, Seis Meses, Jabuti, Jaraqui, Arroz, Urive, Maracujá, Pequiá, Parazinho, Flexa, Perereca, Urucará e Rio Negro. Os derivados mais produzidos pelas famílias são: Farinha, beiju, pé de moleque, carimã, massa puba, farinha de tapioca, tucupi, crueira, tarubá, polvilho e biscoito.

A centralidade da mandioca neste trabalho coaduna-se com o

caráter teórico deste estudo, uma vez que este tubérculo possui uma relação ancestral com a vida das comunidades tradicionais na Amazônia. Inequivocamente, sua cultura - desde a preparação do solo até o processamento, estabelece um potente relacionamento entre os conhecimentos tradicionais, postulados na categoria etnoconhecimento, e o conhecimento acadêmico. A botânica desempenhou um papel crucial na construção de um sólido arcabouço sobre as propriedades da mandioca; entretanto, o etnoconhecimento gerou uma densa capacidade taxonômica tradicional, como evidenciado no quadro acima, onde se expressam as falas dos núcleos familiares entrevistados.

Neste sentido, no que diz respeito a essa prática fundamental entre os Quilombolas do Rio Andirá, pode-se verificar que a agroecologia aparece metaforicamente como a cereja do bolo. Ela possui o potencial de aprimorar o cuidado com a saúde do solo, melhorar as práticas de manejo agrícola e implementa técnicas de manejo sustentáveis. Além disso, contribui para elevar os padrões de qualidade dos produtos e derivados, promovendo uma produção mais saudável e sustentável. A agroecologia também pode garantir a formação em certificação de produtos. Nesse sentido, o movimento empreendido por Maria Amélia, formada em agroecologia aos 60 anos, pode ser considerado o germinar de uma semente livre de agrotóxicos para os Quilombolas de Barreirinha.

4.2.2 – Etnoconhecimento e agroecologia: a dialogia personificada na formação de Maria Amélia

Minha vinda para a Agroecologia me faz conhecer o nome científico das plantas que eu já conhecia desde minha infância no quilombo, obtive conhecimentos técnicos sobre as camadas do solo e a importância de cada uma delas. Um dos conhecimentos que adquiri que quero muito compartilhar com minha comunidade é o plantio sem necessidade de queima, pois eu achava impossível a planta crescer e dar frutos sem a queima. Este conhecimento foi muito importante para mim, a agroecologia me ensinou a produzir sem tirar a vida de predadores, microrganismos. Minha aprendizagem sobre como trabalhar em solo arenoso, sobre as técnicas de podas, o conhecimento da importância das abelhas e as técnicas de cultivo de melíponas são exemplos de coisas que tive acesso na Agroecologia e que podem ajudar muito na produção da agricultura em minha comunidade, garantindo a conservação ambiental. Claro que isto só será uma realidade quando nós tivermos o título de nosso território, pois somente assim, sairão os fazendeiros que desmatam nossas terras.

Eu aprendi com meus avós e meus pais a trabalhar com a terra, a ser agricultora, sabia como fazer adubagem do solo para plantios, mas no curso de Agroecologia, tive novos conhecimentos sobre como garantir o crescimento das plantas por meio da compostagem. Eu não sabia nada de teoria de orgânicos, não sabia de sua importância para a saúde da natureza e das pessoas, mesmo que eu já produzisse muitas coisas sem uso de defensivos industrializados, como é o caso das nossas roças.

Acredito que temos pouca formação no curso de Agroecologia sobre a produção de derivados da mandioca, como a farinha, especialmente, no que diz respeito a qualidade da farinha e sobre manipulação de alimentos.

5 – Considerações finais

As comunidades quilombolas enfrentam diversos desafios, como a degradação ambiental, a perda de terras e recursos, a exclusão social e econômica e a violação de seus direitos humanos. Como resultado, muitos estão se mobilizando para proteger seus direitos e recursos, preservar suas culturas e tradições, e promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa possibilitou a identificação e a demonstração das práticas da agricultura familiar, focalizado no etnoconhecimento do cultivo e beneficiamento da mandioca realizada na maneira tradicional pelos quilombolas da comunidade do Matupiri em dialogia com os fundamentos da agroecologia. O Etnoconhecimento também reconhece a importância da diversidade cultural e do conhecimento tradicional para a preservação da biodiversidade e do meio ambiente, ou seja, o estudo promoveu o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais de diferentes culturas, valorizando o conhecimento local e o conhecimento empírico de grupos étnicos e comunidades tradicionais.

O cultivo e o processamento da mandioca têm uma longa história de importância cultural e ancestral no Brasil, especialmente em região Amazônica. A mandioca é uma cultura alimentar importante para a comunidade do Matupiri, na perspectiva de que seu cultivo e uso estão enraizados em tradições culturais e práticas agrícolas que foram transmitidas através das gerações.

Neste sentido, a mandioca é muito mais do que apenas um alimento na comunidade quilombola de Santa Tereza do Matupiri, ela é um elemento central da cultura e identidade da comunidade. Sua presença é percebida em diversos aspectos da vida, desde a produção ao consumo final, passando

por práticas culturais, dinâmicas territoriais, aspectos cosmológicos, políticos e identitários, assim, sua presença está enraizada em diversos aspectos da vida dos agentes sociais. A formação acadêmica da protagonista pesquisadora Maria Amélia dos Santos Castro, representa a culminância de uma trajetória, de uma liderança quilombola que irá receber uma titulação em Tecnologia em Agroecologia, mais que isto, ao considerarmos que este campo formativo pressupõe profunda dialogia com os saberes tradicionais e que a agente exerce papel de liderança quilombola, representa efetivamente o aprimoramento do fazer agricultura familiar em seu território.

6 – Referências

ACEVEDO MARIM, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna Maria Ramos. **No caminho das Pedras de Abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. 2. ed. Belém: Naea/UFPA, 2004.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. Introdução à Etnobotânica. Recife: Bagaço, 2002.

ALEXIADES, Miguel. Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual. New York: New York Botanical Garden. 1996.

ALMEIDA. Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”. “Castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PPGSCA-Ufam, 2008.

Altieri, M. (1992). Biodiversidad, agroecología y manejo de plagas. CETAL, Valparaiso. Caporal, F. R. (2005) Política nacional de Ater: primeiros passos

de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. 14 p.

Amélia, Maria. Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência! /Maria Amélia; Maria Magela Mafra de Andrade Ranciano, org.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed.; Juliene Pereira dos Santos, trans. – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

ARRUTI, J. M. P. A. O Quilombo conceitual: para uma sociologia do “artigo 68”. Rio de Janeiro, 2003. Texto para discussão, Projeto Egbé – Territórios Negros (Koinonia), Koinonia Ecumênica.

BRASIL. Portaria Nº 176, de 24 de outubro de 2013. Registra no Livro de Cadastro nº 16 e certifica as comunidades que se autodefinem como remanescentes de quilombo: Boa Fé, Itaquara, São Pedro, Tereza do Matupiri [sic] e Trindade. Fundação Cultural Palmares. **Diário Oficial da União [República Federativa do Brasil]**, Brasília – DF, 25 de outubro de 2013. Seção 1, p.18-19.

CLIFFORD, James. 1998. Sobre Autoridade Etnográfica. In: A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, pp. 17-58.

CLIFFORD, J. Dilemas de la cultura: Antropologia, Literatura Y Arte En La Perspectiva Posmoderna (Espanhol), Gedisa Editorial, 1995.

COSTABEBER, J. A; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

EMBRAPA. Mandioca o pão do Brasil. Brasília: Embrapa, 2005.

LIMA, Deborah de Magalhães. Firmados na Terra: o entendimento do território em dois quilombos de Minas Gerais. In: LEITE, Renata; DANTAS, Isolda; CERQUEIRA, Edmilson (org). **3º Prêmio Territórios Quilombolas**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário (p. 279-300).

Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: quilombos do rio Andirá: Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Trindade, Boa Fé e Ituquara/Barreirinha/Amazonas. Equipe de Pesquisa: Maria Magela Mafrá de Andrade Ranciaro... [et al]. Manaus: UEA, 2004 (Fascículo).

MOREIRA LOPES, SONETE, 1971- As Políticas Públicas na Agricultura Familiar na Percepção no Aluno do Instituto Federal do Amazonas e dos Agricultores de Maués/AM / Sonete Moreira Lopes. - 2016.

OLIVEIRA, J. B. Comunidades remanescentes de quilombo da Amazônia: o uso do território. In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS. Anais. 2012. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS.pdf>. Acesso em: 23/02/2021.

RANCIARO, M.M.M.A. Os cadeados não se abriram de primeira: processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andirá (Município de Barreirinha – Amazonas), 2016. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Manaus, 2016.

_____. RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. Quilombos do Andirá: das travas à abertura dos cadeados. Manaus: Editora Valer, 2021.

Riechmann, J. (2002) Agricultura, ganadería y seguridad alimentaria: la necesidad de un giro hacia sistemas alimentarios sustentables. Fòrum per a la Sostenibilitat de les Illes Balears. Quarta Jornada: Seguretat humana, alimentària y ecológica.

RODRIGUES, M. de A.; PASSADOR, R. J..Etnoconhecimento: uma possibilidade de diálogo para o ensino. In: IV Fórum de Educação e Diversidade, 2010, Tangará da Serra. Anais Eletrônicos do IV Fórum de Educação e Diversidade, 2010.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Mundos cruzados: etnia, trabalho e cidadania na Amazônia Imperial. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/.pdf>. Acesso em: 07 de setembro 2021.

SOUSA, A.E.C. Mandioca é Vida: Estudo Etnobotânico Na Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri Rio Andirá (Barreirinha – AM), 2021. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Rio de Janeiro, 2021.

WEBER, Max. A “Objetividade” do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (Org). Sociologia: Max Weber. São Paulo: Editora Ática, 2003.